



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Ofício Circular n.º 037/2012-CJCI

Belém, 11 de abril de 2012.

Processo nº 2012.7.001386-1

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Juiz(a) de Direito da Comarca de

Senhor(a) Juiz(a),

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> para os devidos fins, cópia da decisão do Juízo de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca de Belém, decretando o encerramento da falência da Empresa FRANCISCO ABINADER.

Atenciosamente,



**CRISTIANO ARANTES E SILVA**

Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



Ofício nº 032/2012

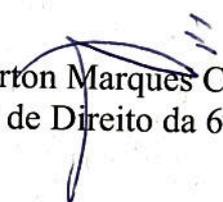
Belém, 08 de fevereiro de 2012.

Ref.: Processo nº 0005462-17.1997.814.0301 (antigo nº 1997.1008361-0)  
 (Havendo resposta, favor informar o nº do ofício e do processo)

Excelentíssima Senhora Desembargadora,

Pelo presente extraído dos autos cíveis da Ação de Falência, processo em epígrafe, informo, para que Vossa Excelência tome as providências necessárias e cabíveis, o encerramento da falência da empresa FRANCISCO ABINADER, CNPJ/MF nº 04.849.196/0001-44, a fim de que o mesmo possa reiniciar o exercício de suas atividades empresariais, nos termos do que preceitua o art. 135, I, da Lei nº 11.101/2005. Tudo conforme decisão de fls. 198/201 dos autos, cuja cópia seguem em anexo.

Respeitosamente,

  
 Mairton Marques Carneiro  
 Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, respondendo pela 13ª Vara Cível.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora  
 Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos  
 D.D. Corregedora do Interior



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO PARA  
 COMARCA DA CAPITAL

Protocolo: 2012001011022  
 Entrada: PROTOCOLO ADMINISTRATIVO - FORUM  
 Data: 01/03/2012 / 14:22:26  
 Destino: 001 - CORREGEDORIA DO INTERIOR



NO. PROCESSO: 2012.7.001386-1  
 SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR  
 Data Cadastro: 02/03/2012  
 CLASSE:..... OUTROS

Partes:  
 ENVOLVIDO - FRANCISCO ABINADER  
 REQUERENTE - MAIRTON MARQUES CARNEIRO  
 ORGAO - JUIZO DA 13-V.C. DA COMARCA DA CAPITAL

Fórum de: Belém-Cível

Email:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Fone:



AC 18  
R

Vistos etc.

Cuidam os autos de Ação de Falência movido por SUPERPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA em desfavor da EMPRESA FRANCISCO ABINADER acerca de títulos de fls. 17 a 53, devidamente protestados, no valor total de R\$ 7.086,34 (sete mil, oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

Citada às 61, a devedora não apresentou contestação e nem efetuou depósito elisivo.

Às fls. 65, o Ministério Público opinou pela decretação de falência da Ré. Às fls. 72/74, sobreveio a sentença decretando a quebra da Requerida, datada de 22/09/1998.

Em petição, às fls. 75, a empresa Superpel Comércio de Papéis LTDA declinou o cargo de síndica ao qual foi nomeada, requerendo síndico dativo, que seja domiciliado na comarca de Belém – PA, onde tramita o processo.

Diante da renúncia do encargo de síndico, o Juízo determinou que os autos aguardassem em cartório a manifestação dos interessados para o prosseguimento do feito, fls. 76.

Redistribuídos, em obediência as disposições da Resolução nº 023/2007, coube ao Juízo da 13ª Vara Cível dar prosseguimento do feito.

Às fls. 82/83, este Juízo ordenou o cumprimento da sentença de fls. 72/74, reservou-se a designação do síndico da massa falida, após as habilitações de crédito, solicitou informações e determinou as providências conforme artigos 15 e 16 do Estatuto Falimentar.

Edital publicado às fls. 84.

Às fls. 157, a JUCEPA – Junta Comercial do Estado do Pará comunicou que realizou o registro de falência no cadastro da firma empresária FRANCISCO ABINADER ME.

Em 10 de março de 2010, se procedeu a penhora no rosto dos autos em favor da União – FAZENDA NACIONAL contra FRANCISCO ABINADER, conforme as formalidades dos artigos 673 a 676, do CPC, no montante de R\$ 20.776,86 (vinte mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), conforme fls. 171.

Às fls. 177, o cartório de registro de imóveis declarou a inexistência de bens disponíveis em nome de FRANCISCO ABINADER.

Em seguida, o Juízo determinou a intimação dos credores para dar andamento ao feito, sob pena de extinção com fundamento no artigo 267, § 1º do CPC.

Fórum de: **Belém-Cível**

Email:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Fone:



12

Às fls. 182, a Secretaria de Finanças, através do Fisco municipal, se manifesta o interesse no processo, tendo em vista a inadimplência da requerida referente à taxa de Licença para Localização (TLPL) referente aos exercícios de 1997 a 2006, no valor de R\$3.392,15 (treze mil, trezentos e noventa e dois reais e quinze centavos), os quais se encontram em cobrança amigável.

Instado a se manifestar o Representante do Ministério Público opinou pelo encerramento da falência.

É O RELATÓRIO.

DECIDO

Como se sabe a legislação revogada, Decreto-lei 7.661/45, tinha área de incidência mais restrita do que a atual. A falência e a concordata eram institutos aplicáveis apenas ao comerciante, individual ou em forma societária.

O processo de falência tem duas fases bem distintas, no caso de ser decretada a falência. A primeira constitui processo de conhecimento, em que se estabelece o contraditório, tendo início com o ajuizamento do requerimento de falência e término com o trânsito em julgado da decisão que decreta a falência. A segunda é a fase administrativa ou da execução, em que os bens do falido são arrecadados e alienados para o pagamento dos credores.

O Decreto-Lei 7661/45 em seu artigo 132, §1º, expõe:

Art. 132. Apresentado o relatório final, deverá o juiz encerrar, por sentença, o processo da falência.

§1º Salvo caso de força maior, devidamente provado, o processo da falência deverá estar encerrado dois anos depois do dia da declaração. (grifo nosso)

Nas lições de Amador Paes de Almeida, em sua obra: Curso de Falência e Concordata, explica o artigo acima:

Força maior, como sabemos, é todo acontecimento inevitável e imprevisível, não estando na possibilidade do homem obviar nem resistir, na acurada observação de Ferreira Borges.

A falência, portanto, em conformidade com o disposto transcrito, deve ser encerrada no prazo de dois anos, a contar da data da declaração da quebra.

(...)

A sentença de encerramento da falência é sumamente importante, sobretudo para o falido, pois que, dando início à contagem do prazo para a prescrição, possibilita-lhe a necessária recuperação para o exercício do comércio.

Prolatada a sentença de encerramento da falência, com a sua publicação por edital, poderão os interessados interpor o recurso de apelação.

Ademais, segundo ausência de habilitação de créditos e interessados e a impossibilidade de localizar bens da massa falida. A empresa SE ENCONTRA DESPROVIDA DE QUALQUER ATIVO A SER LEVANTADO, cabendo caracterizar a sua liquidação. Ressaltando esta hipótese Rubens Requião, expõe:

Três hipóteses podem se apresentar em face da liquidação: ou o ativo apurado basta para o pagamento do passivo, ou o ativo é inferior e, portanto, insuficiente para o pagamento do passivo, ou, ainda, é superior ao passivo.

Fórum de: Belém-Cível

Email:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Fone:



DR

No caso em exame não consta qualquer diligência dos credores que tenham auxiliado na produção de provas da existência de bens da Falida, devendo suportar o ônus de sua desídia, com base no art. 333, I, do CPC.

Assim sendo, demonstrada a liquidação do patrimônio da massa falida, deve-se iniciar os procedimentos para o encerramento do processo falimentar, conforme artigos 131 e 132 da lei em comento:

Art. 131. Terminada a liquidação e julgadas as contas do síndico (artigo 69), este, dentro de vinte dias, apresentará relatório final da falência, indicando o valor do ativo e o do produto da sua realização, o valor do passivo dos pagamentos feitos aos credores, e demonstrará as responsabilidades com que continuará o falido, declarando cada uma delas de per si.

(...)

Art. 132. Apresentado o relatório final, deverá o juiz encerrar, por sentenças, o processo da falência.

Amador Paes de Almeida, ressalta, também, acerca da falência: Do ponto de vista jurídico, falência é um processo de execução coletiva contra devedor comerciante.

Em suma, a função da falência é reunir os bens do devedor para o pagamento dos credores; portanto, não há como verificar o prosseguimento do processo, uma vez que esta finalidade se encontra frustrada, impossibilitada pela ausência de ativo disponível e de credores habilitados, devendo a presente ação de falência e os débitos restantes serem encerrados, pelos motivos expostos.

#### DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

De acordo com as lições de Amador Paes de Almeida, em sua obra: Curso de Falência e Concordata, que adota o rito do Decreto-Lei 7661/45:

Em conformidade com o que dispõe o art. 187 do Código Tributário Nacional, a cobrança judicial do crédito tributários não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Tal disposição, como facilmente se conclui, exclui os débitos fiscais do juízo universal, tornando-se imunes à vis atractiva do juízo da falência, (...).

Ressalta-se que tanto o Código Tributário Nacional quanto a lei nº 6830/80 utilizam-se da expressão genérica crédito tributário, numa linguagem manifestamente abrangente, para compreender toda a receita – impostos, taxas e contribuições de melhoria ou parafiscais. Não restringe, por outro lado, o foro especial à União, estendendo-o também aos Estados-Membros, municípios e respectivos autarquias, como deixa claro o art. 1º da lei nº 6830/80: (grifo nosso)

Logo, em consideração ao crédito tributário mencionado as fls. 182, referente à taxa de licença para localização dos exercícios dos anos de 1996 ao ano de 2006, estes não foram habilitados na falência, ressaltando, também, a sua caracterização no âmbito prescricional, uma vez que não há provas e/ou informações que vislumbrem a propositura da Ação de Execução fiscal sobre o débito em análise.

Conforme fundamentos ao art. 174, do Código Tributário Nacional- CTN:

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados

Fórum de: Belém-Cível

Email:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Fone:



da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Além disso, cumpre dizer que a cobrança dos créditos tributários é processada no Juízo das Execuções Fiscais não havendo óbice a extinção deste procedimento.

Encerro dispensando a necessidade de apresentação de relatório final pelo síndico, por estar demonstrada a inexistência de bens, o qual frustra a arrecadação dos bens e levantamento do ativo e passivo, em razão da desídia dos credores.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, acolho o parecer do Ministério Público, DETERMINO O ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA, DECLARANDO EXTINTAS AS OBRIGAÇÕES DO FALIDO, nos moldes dos art. 135 do Decreto-Lei nº 7661/45.

Determino a publicação de edital em órgão oficial, no prazo de 30 dias, declarando a extinção das obrigações do falido a fim de que o mesmo possa reiniciar o exercício de suas atividades empresárias.

Cumram-se as providências elencadas no art. 1º, §2º, incisos VI, VIII e IX, da Portaria n. 03/2001 – Gab/Juiz.

Oficie-se à Procuradoria do Estado para inscrição da Ré na Dívida Ativa em razão do não pagamento das custas judiciais.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

Publique-se, registre-se, intemem-se e cumpra-se. Após, o trânsito em julgado, archive-se.

Belém, 13 de dezembro de 2011.

MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE  
 Juíza de Direito da 13ª Vara Cível

**CERTIDÃO**  
 CERTIFICO que a sentença  
 proferida em 13.12.11 de fls. 198/201  
 publicada no Diário da Justiça no  
 19.12.11 para efeito de intimação  
 e a partir de então produzida os seus autos.  
 O presente é válido e dou fé.  
 Belém, 11, 01, 12

*Reberny*

Fórum de: Belém-Cível

Email:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Fone: